

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Pressão no gás.....	2
Título: Sindigás quer política para GLP industrial.....	5
Título: Agência Moody's diz que será difícil privatizar Eletrobras	5
Título: Câmara de Comércio veta restrições à importação de aço	6
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	7
Título: Petrobras passa a alterar preço do gás de cozinha a cada 3 meses	7
Título: Energia do lixo.....	9
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	10
Título: Petrobras revê política de preços do gás	10
Título: Preço do gás para indústria e comércio já acumula alta de 34%	12
Título: Opep prevê alta da demanda brasileira por petróleo	14
VEÍCULO: Correio Braziliense	14
Título: Preço do gás cai 5% e reajuste será trimestral	14
Título: Rapidinhas.....	15
VEÍCULO: Valor Econômico	16
Título: Petrobras muda política e gás de cozinha terá reajuste trimestral.....	16
Título: Analistas mantêm projeções de aumento de 6% no preço ao consumidor	18
Título: Estatal é credora do governo, diz Parente.....	20
Título: Produção de petróleo da Venezuela segue caindo	21
Título: Destaques	22

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordonez, MathaBeck, Daiane Costa e Gabriel Martins****Título: Pressão no gás**

Após discussão com equipe econômica, Petrobras altera política de reajuste do GLP.

Pressionada pelo governo federal, que vinha questionando o forte aumento nos preços do botijão de gás de cozinha (GLP), a Petrobras cedeu e anunciou uma redução de 5% nas refinarias, que entra em vigor hoje, e que os reajustes passarão a ser trimestrais. Em junho do ano passado, a empresa havia adotado uma política de reajustes mensais para o produto, amplamente usado pela população de renda mais baixa. Segundo fontes, as pressões vinham até do próprio ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, o que levou a Petrobras a suspender as altas mensais no início de dezembro.

— A pressão política contra reajustes elevados do GLP residencial não foi apenas por questões de calendário eleitoral, mas porque é um preço muito sensível a uma camada grande de pessoas de baixa renda — observou uma fonte.

A decisão da Petrobras foi discutida com a área econômica. O presidente da estatal, Pedro Parente, teve reuniões sobre o assunto com integrantes do Ministério da Fazenda nas últimas semanas. Segundo técnicos do governo, o martelo foi batido após a avaliação de que o repasse da variação dos preços num prazo trimestral e não mensal (como era) era uma questão de "bom senso"

Primeiro, os preços do gás de cozinha têm baixo impacto na receita da estatal. Além disso, os interlocutores do governo lembraram que havia uma flutuação excessiva de valores, sendo que as distribuidoras não têm repassado reduções (quando existem) para os consumidores.

— O preço variava demais — disse um técnico.

Outro integrante da área econômica ponderou que, se no governo Dilma Rousseff o governo segurava artificialmente os preços na Petrobras, agora estava ocorrendo uma flutuação excessiva. O ideal, portanto, era buscar um caminho intermediário, especialmente para um produto cujos valores batem no bolso dos consumidores de menor renda.

— É um assunto muito sensível. O efeito na cesta básica da população mais pobre é muito grande. Acredito que a Petrobras não se guiou apenas por questões políticas, mas, internamente, a empresa também foi sensível ao impacto de seus reajustes na população de baixa renda — afirmou uma fonte.

PREOCUPAÇÃO COM RISCO À SAÚDE

A Petrobras, por sua vez, garantiu que a decisão de alterar os reajustes foi tomada em função da alta volatilidade nos preços no mercado internacional no segundo semestre de 2017, associada ao seu comportamento sazonal de elevação de preços no período de inverno no Hemisfério Norte. Por conta disso, o Grupo Executivo de Mercado de Preços (Gemp) da estatal concluiu que a metodologia precisava de revisão. "A decisão de modificar a política de preço do gás de cozinha no segmento residencial e a alteração em si são da Petrobras."

A estatal afirmou ainda que, dessa forma, mantém o disposto na resolução 4/2005 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que determina que os preços de venda, na refinaria e do GLP de uso residencial seja menor que os do produto para uso industrial e comercial.

Também houve uma preocupação do presidente da estatal com notícias de que, por causa do aumento dos preços, a população de menor renda estaria trocando botijões originais por "genéricos", de menor qualidade, que contêm álcool anidro, o que teria provocado acidentes graves.

— Essa volatilidade causava impactos como uso de substitutos ao gás, inclusive com certo risco à saúde das pessoas. Fico preocupado com o possível uso de substitutos que tragam risco à integridade física dos consumidores — afirmou Parente em coletiva, no Rio.

No Nordeste, muitas famílias trocaram o botijão pelo etanol, o que provocou vários acidentes. No Hospital Restauração, o maior hospital público do Nordeste, 60% dos casos de pessoas queimadas nos últimos quatro meses se deveram ao uso de etanol, segundo a Secretaria estadual de Saúde.

Os preços do botijão serão revisados a cada três meses, considerando a média das cotações internacionais e do câmbio para um período de 12 meses, o que deve suavizar a volatilidade. No ano passado, o preço do gás acumulou alta de 16%, contra um avanço de 2,95% no IPCA.

Variações acima de 10%, para cima ou para baixo, precisarão de autorização do Gemp, formado por Parente e diretores da Petrobras. Nestes casos, a data de aplicação dos ajustes (dia 5 de cada trimestre) pode ser modificada. Segundo a estatal, caso o índice de reajuste seja muito elevado, poderá não ser aplicado integralmente, ficando a diferença para compensação futura. Se não houver

repassa integral, as diferenças acumuladas em um ano serão ajustadas pela taxa básica de juros (Selic) e compensadas por meio de uma parcela fixa acrescida ou deduzida aos preços no ano seguinte.

— Se nós mantivéssemos a política anterior, os preços continuariam a ser submetidos a essa enorme variação de preços — afirmou Parente.

Da adoção dos reajustes mensais até sua suspensão, os preços subiram 59% na refinaria. O último aumento, em 5 de dezembro, foi de 8,9%.

IMPACTO DE 0,065 PONTO NA INFLAÇÃO EM FEVEREIRO

Na casa de Cristiane Martins da Silva, de 41 anos, no bairro do Éden, em São João de Meriti, o botijão foi mantido. Mas, devido à alta dos preços, a partir de outubro Cristiane trocou o cozido, o feijão com linguiça e a dobradinha por pratos mais simples e rápidos. Entraram ovo cozido, arroz e salada. A panela de pressão foi para o armário.

— Hoje em dia, cozinho apenas o que dá para fazer rápido — conta Cristiane, que tem dois filhos pequenos e seu marido, Carlos Alberto Oliveira, de 43 anos, que está desempregado.

André Braz, economista e professor da FGV-Rio, estima que, com essa mudança, a inflação de fevereiro terá uma redução de 0,065 ponto percentual. O botijão de gás de 13 quilos, que representa cerca de 1,3% do gasto das famílias, terá uma queda em torno de 0,02 ponto percentual na inflação deste mês.

Para Carlos Soares, analista de investimentos da Magliano Corretora, a decisão da Petrobras foi tomada diante de um cenário favorável: a perspectiva de que os preços internacionais do gás continuarão em queda e que a inflação de 2018 ficará dentro da meta do Banco Central, de 4,5%.

— Caso tenhamos um cenário de queda do preço internacional do gás de cozinha, é decisão acertada. Para o consumidor não impacta, porque estamos num cenário de inflação baixa — diz Soares.

Com a redução, o preço médio do botijão vendido nas refinarias será de R\$ 23,16. A Petrobras ressalta que o preço final ao consumidor dependerá de distribuidoras e revendedores. No Brasil, o preço médio é de R\$ 67,28, e no Rio, de R\$ 69,80. Estimativas do mercado apontam que, se a redução do preço na refinaria for integralmente repassada aos consumidores, a queda será da ordem de R\$ 1.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordonez****Título: Sindigás quer política para GLP industrial**

Cobrança

No dia em que a Petrobras anunciou sua mudança na política de reajuste do gás de botijão, o Sindigás, que reúne as distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP), cobrou a definição de uma política para o GLP, gás consumido pela indústria e comércio. De acordo com o Sindigás, antes da mudança no modelo de reajuste já havia uma diferença de preço de 44% entre os produtos. O Sindigás estima que, com a nova metodologia da Petrobras, a diferença entre os produtos poderá chegara 50%.

Segundo o presidente do Sindigás, Sérgio Bandeira de Mello, atualmente os preços do GLP industrial vendido pela Petrobras estão 28% acima do valor no mercado internacional, contribuindo para reduzir a competitividade de indústria e comércio. Ele alega que as empresas não podem importar porque perderiam os preços médios fixados pela Petrobras, que faz seu cálculo com base em uma média de seis meses do volume consumido para fins industriais e residenciais.

— Porque ter uma política de preços para um uso, o residencial, e não ter para o industrial, se é a mesma molécula, e só muda como ele é entregue ao consumidor? — perguntou Bandeira de Mello.

O GLP para uso industrial e comercial é vendido em vasilhames de 30 quilos, 45 quilos e 90 quilos, ou a granel, entregue em recipientes instalados nos locais como fábricas e condomínios.

O consumo médio total de GLP no país foi da ordem de 7,4 milhões de toneladas no ano passado. Desse total, o GLP para consumo industrial e comercial representa um percentual de 29%.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura****Título: Agência Moody's diz que será difícil privatizar Eletrobras**

Venda de distribuidoras nas regiões Norte e Nordeste é um dos entraves à operação.

O plano do governo federal de privatizar a Eletrobras é positivo para o perfil de crédito da companhia, mas a execução da medida "pode se provar muito difícil em 2018". A avaliação é da agência de classificação de risco Moody's, em comunicado divulgado ontem.

Para os analistas da agência, a privatização pode providenciar uma injeção de recursos que reduziria o perfil de risco financeiro da companhia, mas a evolução do cenário político do Brasil pode dificultar a execução da proposta no prazo previsto, até o fim do ano.

O artigo da medida provisória 814 que permite a privatização da holding e suas subsidiárias — passo necessário para contratar os estudos para a desestatização — está suspenso por decisão da Justiça. O governo, por outro lado, garante que o processo será concluído em 2018.

A Moody's ainda listou outras incertezas que podem dificultar a privatização, como a intenção da empresa de sair do setor de distribuição até abril, com a venda de suas seis subsidiárias nas regiões Norte e Nordeste do país.

"A execução do plano de privatização pode se mostrar bastante difícil em 2018 devido à evolução de processos político" afirma a Moody's, acrescentando: "Incertezas incluem

requerimentos para reorganização de negócios, tais como a separação da Eletronuclear e da Itaipu, e uma saída bem sucedida da companhia do negócio de distribuição de energia";

Por outro lado, se a privatização ocorrer conforme o planejado, a oferta de ações permitirá uma redução dos níveis de endividamento sobre patrimônio da companhia para o patamar de 40% a 45%. ()

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Patrícia Cagni

Título: Câmara de Comércio veta restrições à importação de aço

Em uma vitória do Ministério da Fazenda — que teve apoio de outras pastas, como Planejamento —, a Câmara de Comércio Exterior (Camex) decidiu, ontem, vetar a aplicação de medidas antidumping às importações de aços laminados a quente da China e da Rússia. A imposição de restrições foi recomendada pelo Ministério de Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic), sob a alegação de que as indústrias nacionais estão sendo prejudicadas pelo ingresso de produtos siderúrgicos importados desses dois países.

De acordo com o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, nos últimos dois anos já houve uma redução significativa das importações das empresas citadas. Além disso, as próprias companhias elevaram os preços dos produtos para se adequar às normas do mercado.

— Portanto, a decisão da Ca-mex foi aprovar o processo (de investigação), mas não aplicar imediatamente as medidas restritivas. Assim, fica suspensa a aplicação do direito antidumping, e esse mercado ficará sendo observado. Havendo a volta da prática dessas ações desleais de comércio, o governo brasileiro poderá efetivar a aplicação (das sanções previstas no direito antidumping) — destacou Dyogo.

O ministro afirmou que, mesmo com a não aplicação do direito antidumping, a decisão da Camex passa a mensagem que o governo brasileiro não tolera a prática de dumping no mercado interno. ()

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Petrobras passa a alterar preço do gás de cozinha a cada 3 meses

A Petrobras anunciou que passará a reajustar o valor do gás de cozinha a cada três meses, em vez de todo mês, alterando a política de preços que vigorou entre junho e dezembro do ano passado.

De acordo com a Petrobras, a mudança visa "suavizar os repasses da volatilidade dos preços ocorridos no mercado internacional para o preço doméstico".

Pedro Parente, presidente da companhia, disse que a decisão é "puramente empresarial".

Segundo a política em vigor até então, a estatal reajustava os valores levava de acordo com as cotações do butano e do propano (gases usados para fazer o gás de cozinha) no leste europeu, além de uma margem de lucro para a estatal.

Isso provocou uma explosão no preço do produto, que subiu, no ano passado, 67,8% nas refinarias para envase em botijões de 13 quilos, usado em residências. O gás para botijões chegou a ficar congelado por 13 anos, como estratégia dos governos petistas para segurar a inflação.

Para o consumidor final, o gás ficou 16% mais caro em 2017, segundo o IBGE, e foi um dos vilões do orçamento dos brasileiros no ano passado. Quem mais

sentiu o impacto foram os moradores de Recife, onde o aumento foi de 33,52%, enquanto em Curitiba a variação foi de 5,28%.

Aumento maior do que esse, só em 2002 (34%, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo). Naquele ano, assim como em 2017, a Petrobras inaugurou uma política de acompanhamento mais próximo das cotações internacionais dos combustíveis.

NOVO PREÇO

A partir desta sexta (19), o preço do GLP será reduzido em 5% nas refinarias, com base em novos critérios definidos pela Petrobras. A estatal estima que o preço médio de GLP residencial sem tributos comercializado nas refinarias será equivalente a R\$ 23,16 por botijão.

"A Petrobras acredita que estes novos critérios permitirão manter o valor do GLP referenciado no mercado internacional, mas diluirão os efeitos de aumentos de preços tipicamente concentrados no fim de cada ano, dada a sazonalidade do produto. A referência continuará a ser o preço do butano e propano comercializado no mercado europeu, acrescido de margem de 5%", afirmou.

Agora, os reajustes serão feitos todo dia 5 do início de cada trimestre —o próximo, portanto, deverá ocorrer em 5 de abril. Além disso, o período de apuração das cotações e do câmbio que definirão o ajuste será a média dos doze meses anteriores ao período de vigência e não a variação mensal, como era feito anteriormente.

Outra mudança é a necessidade de autorização do Grupo Executivo de Mercado e Preços (formado pelo presidente da Petrobras e por diretores) para reajustes acima de 10%. O grupo também pode decidir não aplicar um reajuste integralmente, caso ele seja muito elevado, e alterar a data do aumento (ou queda) do preço.

Se o reajuste não for passado integralmente, as diferenças acumuladas em um ano serão ajustadas pela Selic (a taxa básica de juros) e compensadas por meio de uma parcela fixa acrescida ou deduzida aos preços praticados no ano seguinte.

IMPACTO

O forte aumento do gás em 2017, ano em que o desemprego esteve acima dos 12% (até novembro; os dados de dezembro ainda não foram divulgados), levou famílias a usarem fogões a lenha improvisados, no lugar de fogões convencionais, para cozinhar.

Famílias também passaram a substituir o gás também por etanol, chegando a provocar aumento de pacientes com queimaduras graves na maior emergência do Nordeste. No Hospital da Restauração, no Recife, 60% dos queimados se acidentaram nos últimos quatro meses por causa do uso de etanol ou de botijão de gás mais barato comprado em revenda clandestina.

O Sergás (sindicato dos revendedores de gás de São Paulo) afirma que a alta nos preços em 2017 provocou ainda uma disparada no número de vendas clandestinas, sem ponto fixo, comercializando o produto em carros e motos por preço menor que o cobrado em estabelecimentos regulares.

Segundo pesquisa Datafolha, duas em cada três pessoas com mais de 16 anos (67%) avaliam que o gás de cozinha compromete muito o orçamento familiar.

A maioria absoluta (86%) avalia que o preço subiu muito nos últimos seis meses anteriores à pesquisa.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado / colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Energia do lixo

A comercializadora de energia Capitale vai investir R\$ 100 milhões neste ano em três projetos de geração distribuída (quando a produção ocorre no local de consumo ou nas proximidades).

A companhia comprou uma participação minoritária da empresa ZEG Environmental, especializada em queimar resíduos sólidos para transformá-los em gás, vapor ou eletricidade.

"Dois dos projetos já contratados serão com lixo urbano, e o outro será com dejetos industriais", diz Daniel Rossi, sócio-fundador da Capitale.

Uma parcela dos R\$ 100 milhões é própria, e outra parte foi captada com investidores e um fundo.

O objetivo das empresas é aumentar a oferta de energia limpa e serem vistas como responsáveis por solucionar o tratamento de resíduos.

"Assim que entregarmos algumas das etapas do projeto, vamos a mercado fazer uma captação extra, hoje estimada em US\$ 250 milhões (R\$ 804 milhões)", diz Rossi.

"Só na área industrial, a demanda que a ZEG possui atualmente requer R\$ 800 milhões em investimentos."

R\$ 800 milhões é o faturamento estimado da Capitale Energia.

800 MWm (Megawatt médio) são comercializados por mês.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Denise Luna

Título: Petrobrás revê política de preços do gás

Objetivo da medida é amenizar os repasses para o consumidor residencial.

A Petrobrás vai mudar a política de reajustes do preço do gás de cozinha. A variação deixará de ser mensal para ser trimestral, o que deve amenizar os repasses dos preços internacionais para o consumidor brasileiro.

Ao anunciar a mudança, ontem, o presidente da empresa, Pedro Parente, informou que a partir de hoje o produto estará 5% mais barato na refinaria, valendo R\$ 23,16 o botijão de 13 quilos, sem tributos.

O combustível passou a ser ajustado mensalmente a partir de junho de 2017, quando foi implementada uma nova política de preços pela Petrobrás. Entre 2007 e 2014, o preço do gás para botijão ficou congelado – essa foi uma das medidas adotadas pelo governo do PT para conter a inflação.

Desde que a petroleira passou a usar uma frequência mensal no ajuste do GLP residencial, o preço final ao consumidor registrou alta de 17,7%, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Diretamente nas refinarias, o aumento foi ainda maior.

Mesmo após a queda de preço anunciada ontem, o gás de cozinha acumula alta de 54% na venda nas refinarias desde junho de 2017 até janeiro de 2018, de acordo com cálculos do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE). Para o pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/ FGV) André Braz, especialista em inflação, a menor flutuação dos preços protege o consumidor.

Ele destaca que o impacto do gás de cozinha na inflação é pequeno – equivale a cerca de 1% na composição da inflação oficial do governo, IPCA, bem menor do que o peso de 3,4% das contas de luz, por exemplo. Mas para as famílias de baixa renda o impacto é maior.

Diferentemente dos demais combustíveis, o GLP residencial é protegido por uma resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), de 2005. O motivo é seu elevado impacto social, porque seu preço afeta a parcela da população brasileira de menor poder aquisitivo.

Segundo o presidente da estatal, o fato de aumentar o espaço entre os ajustes do gás de cozinha não é indício de que a estatal estaria criando uma espécie de subsídio do governo para o gás de cozinha. “Se mantemos a paridade internacional, não é subsídio”, afirmou, afastando a suspeita de alguns analistas de que o objetivo da medida seria político.

A decisão de mudar a política de ajustes para o gás de cozinha foi anunciada pela Petrobrás em dezembro do ano passado.

Na época, analistas de mercado cogitaram que a mudança era motivada por pressões do governo, devido a um possível impacto do aumento do combustível na inflação. Ontem, Parente voltou a negar qualquer influência política. “É uma decisão estritamente empresarial.”

Metodologia.

A petroleira informou que os ajustes do gás de cozinha serão anunciados no dia 5 do início de cada trimestre, e o período de apuração das cotações internacionais e do câmbio será feito com a média dos doze meses anteriores ao período de vigência.

Se a alta ou a queda do preço superar 10%, o repasse nas refinarias terá de ser autorizado pelo Grupo Executivo de Mercado e Preços (GEMP) da Petrobrás, formado por Parente e mais quatro diretores. Para garantir que nem a empresa nem o consumidor serão prejudicados pelo novo método.

Foi criado um mecanismo de compensação, que vai comparar a política anterior com a nova e ajustar a diferença eventualmente encontrada pela taxa básica de juros (Selic), disse Parente. “Este mecanismo de compensação é que é o charme desse negócio. Como estamos comparando com a política anterior, nem a Petrobrás nem o consumidor terão prejuízo”, afirmou Parente.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Renée Pereira****Título: Preço do gás para indústria e comércio já acumula alta de 34%**

Consumidores industriais reclamam da imprevisibilidade dos reajustes e começam a estudar alternativas.

Ao contrário do setor residencial, que a partir de agora terá reajustes trimestrais, os consumidores industriais e comerciais do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) vão continuar com imprevisibilidade em relação ao preço do combustível e cronograma de revisões.

De junho do ano passado até dezembro, os reajustes médios da Petrobrás nesse segmento somaram 34%, segundo dados do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de GLP (Sindigás).

A sequência dos aumentos abalou o caixa dos consumidores que dependem do combustível para produzir e provocou uma queda de 1,44% no consumo do gás até novembro do ano passado. A escalada dos preços chega num momento delicado da economia e do setor empresarial, que lentamente se recupera de uma grave recessão. Para as companhias, o cenário é complicado e sem muitas alternativas.

Se de um lado o preço do gás não para de subir, a outra opção seria enfrentar o encarecimento da energia elétrica (combustível que poderia substituir o gás). Mas, apesar disso, algumas empresas estudam mudanças na matriz energética. No passado, como o preço da eletricidade estava muito alto, alguns estabelecimentos converteram os equipamentos para gás, que era mais vantajoso por causa do preço. Hoje, no entanto, pegam o caminho inverso.

Na empresa de Vicente Silva, dono de uma rede de panificadoras no Vale do Paraíba, 70% da produção era movida a gás e 30%, à energia elétrica. Com a alta do preço do gás, esse mix está em 50% cada. “Antes era 100% a eletricidade, mas trocamos os equipamentos para gás e agora somos obrigados a rever essa política”, diz Silva. Mas nem todos tem essa opção.

A proprietária da Mister Clean Lavanderia Industrial, Simone Montenegro, diz que a conversão das secadoras para energia elétrica significaria o fechamento do negócio. “Já fizemos essa tentativa, mas é inviável. Não temos saída.” Ela conta que, além de sofrer com os aumentos diretos do GLP, ainda tem de incorporar nos custos o avanço dos preços dos fornecedores pelo mesmo problema.

Atualmente há dois grandes segmentos de GLP. O P-13 é o botijão de 13 quilos vendido sobretudo para o consumidor residencial. O industrial e comercial usam o gás a granel, que são aqueles botijões maiores, fixos e que são abastecidos localmente. Os aumentos mensais ocorreram nos dois segmentos para repassar o preço praticado no mercado internacional.

Subsídio.

O presidente do Sindigás, Sergio Bandeira de Mello, critica a política da Petrobrás e acusa a estatal de promover um subsídio cruzado entre o residencial e o industrial/comercial. Os aumentos promovidos nos últimos meses foram feitos baseados nos preços internacionais. Para o executivo, o valor do GLP para as empresas está 36% acima da paridade internacional (que considera os custos de fretes e outros componentes).

Enquanto isso, o valor do P-13, para o residencial, está 5,2% abaixo da paridade. A Petrobrás diz que os preços do gás para o consumo residencial obedecem uma resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que “reconhece como de interesse para a política energética nacional a comercialização” de GLP “a preços diferenciados e inferiores aos praticados para os demais usos”.

O diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbic), Adriano Pires, não condena a política da Petrobrás de acompanhar o preço do mercado internacional, mas ele avalia que é preciso cortar os subsídios nessa área. “O produto é o mesmo para o residencial e para as empresas, então o preço tem de ser igual.” Pires afirma que não se pode usar combustível para fazer distribuição de renda, uma vez que quem usa GLP pode ser o consumidor pobre ou rico.

“Se é para ter subsídio, então que recriem o vale-gás.” As empresas que dependem do combustível criticam a falta de previsibilidade. Simone Montenegro, da Mister Clean, afirma que seus contratos preveem reajustes anuais com base no IGP-M. “Ou seja, não conseguirei repassar esses aumentos.

No fim do ano, por exemplo, sempre contrato alguém para ajudar nas encomendas; neste ano, tivemos de fazer sozinhos os trabalhos extras.” Na Metalcoating, empresa que faz revestimentos anticorrosivos de tubos, a situação é ainda pior. Os contratos são de três anos com reajustes indexados à inflação.

“No ano passado, tivemos reajuste de 34%; o combustível representa 28% dos custos de fabricação e soma um aumento de custo direto de 9,6%”, afirma Felipe Marcicano de Goes, gerente industrial da empresa.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Célia Froufe****Título: Opep prevê alta da demanda brasileira por petróleo**

A demanda brasileira por petróleo deve ter, em 2017, a primeira alta desde 2014, conforme previsão apresentada ontem pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) em seu relatório mensal, que ainda não inclui dados de dezembro. A entidade projeta expansão do consumo de 30 mil barris por dia (bpd) ante 2016, mas não cita qual foi os números daquele ano.

“As expectativas para 2018 também são positivas, com os riscos que atualmente se inclinam para o potencial positivo, uma vez que a melhoria da atividade econômica no País está prevista para permanecer saudável”, diz a Opep. As previsões da entidade para o crescimento da demanda de petróleo na América Latina são semelhantes às do mês anterior, com perspectiva ligeiramente melhor para a economia ante o ano anterior: de 50 mil bpd em 2017 e de 90 mil em 2018.

As previsões estão condicionadas a melhorias globais das condições econômicas da região, com o Brasil como líder do crescimento da demanda de petróleo. A Opep cita que a demanda no País aumentou pelo sétimo mês seguido em novembro, em 100 mil bpd na comparação anual, ou alta de 4%. “É o terceiro maior aumento mensal de 2017 e reflete o ritmo acelerado na melhoria da economia.”

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor: Simone Kafruni****Título: Preço do gás cai 5% e reajuste será trimestral**

Depois de promover seis aumentos seguidos no preço do gás de cozinha, que chegou a acumular alta de mais de 67% de agosto a dezembro de 2017, a Petrobras anunciou, ontem, a redução de 5% no preço do botijão de uso residencial de 13kg nas refinarias. A estatal também modificou a política de reajustes. A partir de agora, as variações serão trimestrais e o percentual será definido com base numa média das cotações internacionais e do câmbio dos 12 meses anteriores.

Neste ano, haverá uma regra de transição. A queda de 5%, a vigorar hoje, foi determinada conforme a média apurada entre 1º e 12 de janeiro. Em 5 de abril, o reajuste será definido a partir da média dos seis meses anteriores e, em 5 de

julho, de acordo com a média de nove meses antecedentes. Depois disso, a apuração passará a considerar 12 meses antes do dia 5 de cada início de trimestre.

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, destacou que a mudança na periodicidade dos reajustes vai “suavizar a volatilidade”. As diferenças acumuladas em um ano, corrigidas pela taxa Selic, serão compensadas por meio de uma parcela fixa acrescida ou deduzida dos preços praticados no ano seguinte. “Queremos evitar movimentos abruptos”, disse. Por isso, se o reajuste for superior a 10%, será submetido ao Grupo Executivo de Mercado e Preços (Gemp), do qual Parente faz parte. “Nesse caso, teremos a prerrogativa de definir o índice. O mecanismo de compensação nos dá a certeza de que não haverá perda nem para a Petrobras nem para os consumidores”, garantiu.

Com a redução de hoje, a Petrobras vai cobrar R\$ 23,16, em média, pelo produto, sem considerar tributos. “Como o preço é livre no país, a venda ao consumidor sofre variações com as margens de distribuição e de comercialização, mais os impostos”, ressaltou Parente. Em Brasília, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o gás tem alíquota de 12%. Ainda incide PIS/Cofins, o que leva a tributação a algo em torno de 16%.

O presidente da Petrobras destacou que não há expectativa de revisão da política de reajustes da gasolina, do diesel e do GLP a granel. O Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás (Sindigás) lamentou a decisão. “A medida aumenta a diferença de preços entre o GLP residencial e o industrial, além do ágio cobrado pela Petrobras sobre o preço internacional”, informou, em nota.

Em Brasília, onde o gás de cozinha é vendido por até R\$ 95, o alívio no bolso, ainda que pequeno, foi comemorado pelos consumidores. “Tem família que troca o botijão todo mês, então, a redução de 5% já é alguma coisa”, avaliou o vendedor Jorge Benázio, 34 anos. “A notícia de queda é uma alegria, mesmo que por pouco tempo, porque deve aumentar de novo”, alertou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia / Colunas

Autor: Amauri Segalla

Título: Rapidinhas

Os preços abusivos cobrados pelo etanol nos postos de combustíveis, que pegaram carona nos reajustes quase diários da Petrobras sobre a gasolina e o diesel, podem levar o Brasil a reduzir ou isentar a taxa de importação sobre o etanol americano.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito****Título: Petrobras muda política e gás de cozinha terá reajuste trimestral**

Depois de sete reajustes em seis meses, que culminaram numa alta de 57% no preço do botijão de gás de cozinha nas refinarias, no segundo semestre de 2017, a Petrobras anunciou ontem a revisão da política de preços para o gás liquefeito de petróleo (GLP) vendido em botijões de 13 quilos (P-13). Com o objetivo de amenizar o impacto da volatilidade do mercado internacional sobre os preços internos, a estatal passará a aplicar reajustes trimestrais, e não mais mensais.

Junto com a nova política, a companhia também anunciou redução imediata de 5% nos preços do combustível. De acordo com os termos da nova política, o preço do P-13 será fixado com base na média da cotação internacional e do câmbio nos últimos 12 meses. A referência continuará sendo o preço do butano e do propano comercializado no mercado europeu, acrescido de margem de 5%.

Uma regra de transição será adotada em 2018. A partir de abril, os reajustes considerarão a média da cotação internacional nos seis meses anteriores. No terceiro trimestre, a média considerada será de nove meses, até atingir os 12 meses no quarto trimestre.

A nova política também estipula que reajustes superiores a 10% terão que ser autorizados pelo grupo executivo de mercado e preços (formado pelo presidente, Pedro Parente, e diretores), que poderá decidir também por não aplicá-los integralmente. Nesse caso, a parcela do reajuste retida será repassada no ano seguinte, por meio de um mecanismo de compensação.

Parente descartou qualquer possibilidade de prática de subsídio ou intervenção do governo na decisão de mudar a política anterior. "Foi uma decisão estritamente empresarial", disse.

Agentes do mercado, contudo, destacam que a Petrobras deu o sinal inverso aos investidores. Na avaliação do diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, embora a nova política de preços não mude a tendência de alta ou queda dos preços frente à cotação internacional (preocupando-se apenas em diluir os reajustes ao longo do ano), o anúncio pode gerar ruídos.

"Não quer dizer que o governo mandou baixar os preços do GLP, mas sugere-se isso. A mensagem para o mercado não é boa, desperta ruídos. Estamos em ano

de eleições e a companhia vem de um passado de intervenções estatais nos preços", comentou.

Já o presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de GLP (Sindigás), Sérgio Bandeira de Mello, argumenta que a revisão da política deu um sinal trocado aos agentes do mercado.

"Quando a Petrobras divulgou a política de preços, no ano passado, a mensagem interpretada pelo mercado era de que a estatal caminhava para eliminar a diferenciação de preços [entre GLP residencial e industrial] e se aproximar mais da paridade internacional de importação, o que estimularia a entrada de novo agentes no mercado. Mas, com a revisão da política, reforçou a diferenciação de preços", disse.

No mercado, existem dois grandes segmentos: o P-13 (vendido sobretudo para residências); e o gás a granel (um tanque fixo, instalado, em indústrias e comércio, é recarregado periodicamente por caminhões), que não conta com uma política definida e é vendido com margens mais elevadas.

Embora estatal ainda continue a atrelar seus preços à cotação internacional, a petroleira não pratica uma "margem ótima" na venda do P-13, segundo o Sindigás. De acordo com a entidade, os preços do GLP residencial estão alinhados com o mercado europeu, mas ainda seguem abaixo da chamada paridade internacional de importação (que considera custos com frete e internação do produto).

"Como estamos utilizando uma referência internacional para os preços, não enxergamos que haja subsídio", rebateu Parente, ressaltando que a empresa adota margens inferiores para o botijão P-13, em relação aos prêmios mantidos na comercialização dos demais derivados, em função da Resolução nº 4/2005 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

A resolução "reconhece como de interesse para a política energética nacional a comercialização, por produtor ou importador, de GLP, destinado exclusivamente a uso doméstico em recipientes transportáveis de até 13 kg, a preços diferenciados e inferiores aos praticados para os demais usos ou acondicionados em recipientes de outras capacidades".

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Ana Conceição****Título: Analistas mantêm projeções de aumento de 6% no preço ao consumidor**

A nova política de preços para o gás de cozinha, anunciada ontem pela Petrobras, vai reduzir a grande volatilidade dos reajustes vista nos últimos meses, mas não altera a perspectiva para os preços do produto ao consumidor ao longo do ano, segundo economistas. Após a alta de 16% em 2017, as estimativas giram em torno de um aumento de 6% para o botijão de 13 quilos neste ano.

"Os reajustes serão mais espaçados e graduais ao longo do ano, mas o resultado final será ser o mesmo", afirma o economista André Muller, da AZ Quest. A gestora calcula aumento de 6% para o gás de cozinha em 2018 e alta de 3,8% no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Segundo a Petrobras, os preços do GLP de uso residencial passarão a ser reajustados a cada três meses a partir de uma média móvel de 12 meses do preço internacional e da cotação do câmbio. O cálculo leva ainda em conta a margem de lucro da empresa. Reajustes acima de 10% terão que ser autorizadas pelo grupo executivo de mercado e preços da petroleira.

Desde junho do ano passado, quando alterou a política de preços para o produto, o reajuste era mensal. O resultado foi uma forte alta - de 68% desde que a nova política foi adotada, sendo 57% só no segundo semestre de 2017 - nos valores do gás no período cobrados nas refinarias. Para o consumidor, o preço passou de cerca de R\$ 56 na média do país de janeiro a maio, para R\$ 66,50 em dezembro, segundo levantamento da Agência Nacional do Petróleo e Biocombustíveis (ANP). O intervalo de preços cobrados nas distribuidoras, contudo, variou bastante, de R\$ 45 a R\$ 110, segundo a agência.

Muller, da AZ Quest, observa que o salto de preço visto no segundo semestre do ano passado nas refinarias não foi integralmente repassado pelas distribuidoras e, por isso, a queda de 5% no gás de cozinha também anunciada ontem pela Petrobras, deve ter impacto "desprezível" no IPCA de janeiro e fevereiro. O recuo do preço passa a valer hoje. Pelas contas da Petrobras, diz ele, a alta de 68% deveria se traduzir em aumento de 23% para o consumidor, se as margens das distribuidoras fossem mantidas. Mas o IPCA captou incremento menor, de 12%,8.

"A margem do distribuidor se comprimiu ao longo desse tempo, então agora não esperamos um repasse da queda anunciada". A gestora estima o IPCA de

janeiro em 0,49% e o de fevereiro em 0,45%, ambos influenciados pela alta dos alimentos in natura e também pelo grupo educação.

Luiz Fernando Castelli, economista da GO Associados, calcula que o recuo de 5% anunciado ontem pode se traduzir e um desconto de 1,8% ao consumidor, o que teria impacto de 0,07 ponto no IPCA, a maior parte em fevereiro. A consultoria estima inflação de 0,36% em janeiro e de 0,48% em fevereiro, já levando em consideração o anúncio da Petrobras.

Castelli também avalia que a nova política não altera a previsão para o aumento de preços do gás neste ano, de 6%, nem a do IPCA, de 4%. O impacto do aumento do preço do gás na inflação é de 0,08 ponto percentual no ano. "Vamos chegar ao mesmo lugar, mas de forma gradual. Ainda temos que rever hipóteses, mas o resultado final deve mudar pouco", afirma o economista.

Leonardo Costa, da Rosenberg Associados, também afirma que as novas diretrizes devem apenas diluir o impacto do reajuste ao longo do ano. A diminuição da volatilidade deve ficar mais evidente no período do inverno no Hemisfério Norte (dezembro a março) quando os preços do gás têm forte alta por causa do aumento da demanda, especialmente na Europa.

Já o efeito da queda de 5% no preço do GLP a partir de hoje, "vai ficar no zero a zero". Se as distribuidoras repassassem integralmente o desconto, o impacto no IPCA seria de 0,07 ponto. Na opinião de Costa, contudo, não será o caso. As distribuidoras não devem repassar essa queda após as fortes altas recente nas refinarias.

A Rosenberg estima que o IPCA de janeiro deve subir 0,45% puxado pelos alimentos e 0,39% em fevereiro, com influência maior do grupo educação. No ano, o IPCA deve acumular 3,8% e, o gás, alta de 5,6%, previsões mantidas mesmo depois da decisão da Petrobras.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito e André Ramalho

Título: Estatal é credora do governo, diz Parente

Um dia após o governo ter criado comissão interministerial que representará a União na negociação do contrato da cessão onerosa com a Petrobras e o banco de investimentos Goldman Sachs ter divulgado relatório em que indica que a estatal pode ser obrigada a pagar US\$ 10,3 bilhões ao fim da discussão, o presidente da petroleira, Pedro Parente, reforçou ontem que a empresa será credora no processo.

"Existe um relatório publicado ontem [quarta-feira], como existem diversas opiniões publicadas anteriormente e que mostram um resultado positivo e importante para a Petrobras. Temos nossa estimativa, que foi preparada por um certificador internacional, que mostra um resultado positivo importante para a Petrobras. Nós não vamos pagar. Ponto", disse Parente.

Sem mencionar números, o executivo ressaltou que apenas a diferença do preço internacional do petróleo na época da assinatura do contrato, em 2010, acima de US\$ 100 o barril, e o atual, entre US\$ 65 e US\$ 70 o barril, "por si só é evidência muito poderosa de que o preço praticado precisa ser revisado para ajustar um crédito [à Petrobras] daquilo que é economicamente 'fair' para a compra desses 5 bilhões de barris [do contrato]".

Segundo Parente, de sete cenários avaliados pelo governo no processo, cinco indicam que a Petrobras é credora. Ele, porém, explicou que o fato de haver excedentes significativos aos 5 bilhões de barris na área da cessão onerosa indica que existe espaço para a negociação ser positiva tanto para a estatal quanto para o governo.

"É positiva a publicação da portaria do governo que compõe a comissão e sinaliza para um prazo de 60 dias. Estamos com nossa comissão formada desde novembro, preparados para a discussão. Acreditamos que é uma discussão que, dado a uma característica importante, que são os excedentes existentes nesses campos, pode levar a resultado extremamente positivo tanto para a Petrobras quanto para o governo", completou Parente.

O executivo defendeu que o governo realize uma avaliação sobre possibilidades de mudanças no marco legal da cessão onerosa. Segundo ele, essas mudanças podem ser necessárias, por exemplo, caso a negociação leve ao pagamento, pelo governo, em barris de petróleo, ao invés de recursos financeiros. A Petrobras já sinalizou aceitar essa opção, porém ela não está prevista na legislação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito e André Ramalho

Título: Estatal é credora do governo, diz Parente

Um dia após o governo ter criado comissão interministerial que representará a União na negociação do contrato da cessão onerosa com a Petrobras e o banco de investimentos Goldman Sachs ter divulgado relatório em que indica que a estatal pode ser obrigada a pagar US\$ 10,3 bilhões ao fim da discussão, o

presidente da petroleira, Pedro Parente, reforçou ontem que a empresa será credora no processo.

"Existe um relatório publicado ontem [quarta-feira], como existem diversas opiniões publicadas anteriormente e que mostram um resultado positivo e importante para a Petrobras. Temos nossa estimativa, que foi preparada por um certificador internacional, que mostra um resultado positivo importante para a Petrobras. Nós não vamos pagar. Ponto", disse Parente.

Sem mencionar números, o executivo ressaltou que apenas a diferença do preço internacional do petróleo na época da assinatura do contrato, em 2010, acima de US\$ 100 o barril, e o atual, entre US\$ 65 e US\$ 70 o barril, "por si só é evidência muito poderosa de que o preço praticado precisa ser revisado para ajustar um crédito [à Petrobras] daquilo que é economicamente 'fair' para a compra desses 5 bilhões de barris [do contrato]".

Segundo Parente, de sete cenários avaliados pelo governo no processo, cinco indicam que a Petrobras é credora. Ele, porém, explicou que o fato de haver excedentes significativos aos 5 bilhões de barris na área da cessão onerosa indica que existe espaço para a negociação ser positiva tanto para a estatal quanto para o governo.

"É positiva a publicação da portaria do governo que compõe a comissão e sinaliza para um prazo de 60 dias. Estamos com nossa comissão formada desde novembro, preparados para a discussão. Acreditamos que é uma discussão que, dado a uma característica importante, que são os excedentes existentes nesses campos, pode levar a resultado extremamente positivo tanto para a Petrobras quanto para o governo", completou Parente.

O executivo defendeu que o governo realize uma avaliação sobre possibilidades de mudanças no marco legal da cessão onerosa. Segundo ele, essas mudanças podem ser necessárias, por exemplo, caso a negociação leve ao pagamento, pelo governo, em barris de petróleo, ao invés de recursos financeiros. A Petrobras já sinalizou aceitar essa opção, porém ela não está prevista na legislação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Marsílea Gombata

Título: Produção de petróleo da Venezuela segue caindo

A produção de petróleo na Venezuela caiu 12,7% no ano passado. Segundo relatório da Organização de Países Exportadores de Petróleo (Opep) divulgado

ontem, a produção média de 2017 foi de 2,072 milhões de barris/ dia contra 2,373 milhões de b/d em 2016.

A queda de mais de 300 mil barris foi a maior entre os 13 países da Opep. E a produção venezuelana continua caindo, passando da média mensal 1,83 milhão de b/d de novembro para 1,62 milhão de b/d em dezembro.

A redução de 216,6 mil barris/dia é má notícia para o país, que atravessa a pior crise de sua história recente e é extremamente dependente da commodity, responsável por 96% de suas exportações.

Esses dados foram enviados pelo governo venezuelano à Opep e são piores que os de fontes secundárias, que falam numa queda de 82,2 mil b/d na média em 2017 e de produção de 1,74 milhão de b/d em dezembro.

"O cenário é resultado da queda brutal dos investimentos no setor", diz Francisco Monaldi, do Baker Institute, em Houston. "A falta de fluxo de caixa da estatal petroleira PDVSA resultou na saída do país de empresas prestadoras de serviços."

A queda da produção venezuelana consolida a liderança do Brasil como maior produtor na América Latina. Nesta semana, a Petrobras, responsável por mais de 80% da produção, divulgou crescimento médio de 0,4% na produção em 2017, para 2,15 milhões de b/d.

Já a produção no México caiu de 1,9 milhão de barris/dia em outubro para 1,86 milhão em novembro. A Opep estima que a produção mexicana teve redução média de 220 mil barris/dia em 2017.

Para 2018, a previsão é que a produção do Brasil cresça, e as do México e da Venezuela caiam. Monaldi afirma que a produção venezuelana pode chegar a 1,3 milhão de b/d no fim do ano.

"No momento que os preços no mercado internacional se recuperam, a Venezuela não consegue se beneficiar pois tem queda dramática em sua produção. Nos últimos três meses, deixamos de produzir 450 mil barris por dia", lembra José Toro Hardy, ex-diretor da PDVSA.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Usiminas quita dívida

A siderúrgica Usiminas informou ontem que concluiu a amortização das notas emitidas, em 2008, que totalizavam US\$ 400 milhões. Desse total, US\$ 220 milhões já haviam sido resgatados pela empresa. Na negociação com os credores, a companhia havia prometido realizar uma oferta de permuta, exigência dispensada pelos bancos brasileiros e japoneses e por debenturistas em agosto. "Essa é mais uma etapa fundamental no processo de revitalização da companhia, juntamente com a busca da sustentabilidade dos resultados positivos e o resgate da confiança por parte do mercado", disse, em nota, Ronald Seckelmann, diretor de Finanças e de RI da Usiminas.

Usiminas: vaga no conselho

O direito dos funcionários da Usiminas a uma vaga no seu conselho de administração gerou uma disputa interna. Segundo apurou ontem o Valor PRO, serviço de informações em tempo real do Valor, quatro chapas foram formadas e devem ser anunciadas na segunda-feira. Uma delas é encabeçada pelo atual representante, Luiz Carlos Miranda, sindicalista e ex-funcionário. Em outra concorre Moacyr Brant, engenheiro e ex-aposentado na empresa. Em oposição direta a Miranda está a chapa de Agnus Dei Martins, analista de suprimentos da Usiminas em Ipatinga. O quarto nome é o de Sérgio Orlando Pires, economista e aposentado. Além dos 13 mil funcionários próprios, aposentados outros de controladas estão aptos a votar.

Petrobras e CVM

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) rejeitou proposta de termo de compromisso do ex-diretor financeiro da Petrobras Almir Barbassa e do ex-diretor de exploração e produção da estatal Guilherme Estrella, para encerrar processo que analisa eventuais irregularidades relacionadas à inobservância de deveres fiduciários de administradores da petroleira na contratação de construção do navio-sonda Titanium Explorer. Os executivos ofereceram pagar R\$ 100 mil cada um ao regulador. Além de Barbassa e Estrella, no inquérito são acusados outros executivos, entre eles Sérgio Gabrielli e Maria das Graças Foster, que não apresentaram propostas para encerrar o caso. A autarquia rejeitou a proposta devido às considerações de que ela era inadequada para recompor os prejuízos sofridos pela estatal.

MME / ASCOM .